

O golpe de 1964 nas páginas do *New York Times*

MAX FRANKEL, TAD SZULC e EDWARD C. BURKS

Washington vê com simpatia causa rebelde brasileira

WASHINGTON, 1º de abril (Max Frankel) – O governo não se pronunciou, mas não está descontente com a destituição do presidente João Goulart, do Brasil, anunciada hoje.

O Departamento de Estado, que acompanha ansiosamente o desenrolar dos acontecimentos na maior nação da América Latina, não quis dar nenhuma declaração esta noite para não afetar a luta pelo poder no Rio de Janeiro.

Sua maior preocupação são os movimentos de líderes trabalhistas pró-comunistas, embora duvide que tenham capacidade de paralisar o país com uma greve geral em prol de Goulart.

De modo geral, as comunicações do governo com o Brasil continuaram boas, embora os relatos oficiais chegassem várias horas depois dos despachos das agências de notícias. Não foi possível avaliar esta noite a declaração de Goulart de que ele continuava no comando do país, nem sua capacidade de resistir às forças rebeldes.

Washington está vendo os rebeldes com bons olhos. Se consolidarem sua posição, espera-se que os Estados Unidos reconheçam o novo regime interino rapidamente.

Indícios de desejo de estabilidade

A impressão aqui é que Goulart, tendo levado o Brasil à beira do colapso econômico, começara a avançar no sentido de destruir também suas instituições políticas. Acreditava-se que, com apoio de trabalhadores, camponeses e estudantes comunistas, ele estaria planejando dissolver o Congresso e instaurar um regime sindicalista e socialista, possivelmente já neste 1º de maio.

Seus adversários, por outro lado, incluíam diversos partidários de um governo moderado e constitucional, bem como alguns direitistas. A nomeação de Ranieri Mazzilli para suceder ao presidente Goulart foi vista aqui como um sinal da intenção dos rebeldes preservarem as instituições e leis existentes.

Analistas aqui acreditam que um conselho conjunto de líderes civis e militares provavelmente apoiaria Mazzilli no exercício do poder executivo. A reafirmação pelos rebeldes de uma sucessão constitucional, sua sujeição ao legislativo e a tradicional relutância brasileira em derramar sangue agradaram Washington.

Desse modo, é improvável que a rebelião suscite discussões aqui sobre a prudência de reconhecer a legitimidade do novo governo. O Departamento de

Estado pode até presumir que houve renúncia e sucessão constitucionais, sem qualquer interrupção das relações entre Washington e Rio de Janeiro.

Seja como for, a situação não chegou a reavivar uma polêmica recente aqui sobre os méritos de romper relações com um país cujos líderes militares derrubem um governo legítimo. A conduta de Goulart no cargo havia indisposto tanto liberais como conservadores aqui e ambos os grupos aprenderam a respeitar a estima dos militares brasileiros pelas instituições democráticas.

Opiniões de Mann provocam discussão

A controvérsia recente irrompeu com a divulgação de certos comentários em *off* feitos por Thomas C. Mann, assessor especial do presidente Johnson e também secretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos. Ele teria indicado o desejo de que novos governos no hemisfério só deveriam ser julgados quando chegassem ao poder, sem punir automaticamente aqueles que derrubem regimes democráticos.

Alguns dos especialistas em América Latina trazidos para Washington pelo presidente Kennedy temem que esse desejo sinalize o fim da resistência de Washington a golpes de Estado de direita.

O governo Kennedy usou o reconhecimento diplomático e a ajuda econômica como armas contra juntas militares depois dos golpes no Peru, na República Dominicana e em outras nações da América Latina.

Mas até mesmo o antecessor de Mann, Edwin M. Martin, escreveu que certos líderes militares na América Latina eram mais fiéis ao regime constitucional do que alguns políticos civis.

Um número crescente de funcionários do governo acredita que isso era particularmente verdade no caso do Brasil.

Sinais de desespero

Goulart, um político de esquerda que se tornou presidente após a renúncia do Dr. Jânio Quadros em agosto de 1961, tentou por dois anos governar como um centrista. Entretanto, ultimamente começara a dar sinais de desespero à medida que a inflação ia destruindo a vida econômica do Brasil. A nação é incapaz de pagar suas dívidas externas. Os principais programas de auxílio dos Estados Unidos ao desenvolvimento foram interrompidos. O capital estrangeiro foi desestimulado.

No início deste ano, com o recrudescimento da oposição, Goulart montou um esforço para modificar as bases de seu poder político. Começou a falar em legalizar o Partido Comunista. Lançou apelos veementes pela lealdade dos sargentos – passando por cima de seus superiores. Buscou conceder direito a voto aos analfabetos. Começou a adular os camponeses mais pobres.

De acordo com a constituição, Goulart não poderia tentar a reeleição no próximo ano, mas alguns observadores estavam se perguntando se ele sequer permitiria a realização de eleições.

Três semanas atrás, ele assinou uma controversa lei de reforma agrária autorizando seu governo a desapropriar terras situadas até dez quilômetros de ambos os lados de rodovias federais, ferrovias e hidrovias. Proprietários de terras e líderes políticos de centro e de direita prometeram resistir às expropriações.

Em um comício da extrema esquerda em 13 de março, Goulart também prometeu fazer cumprir novas leis de controle de preços, numa tentativa de conter a desvalorização do cruzeiro.

Naquela noite, ele foi precedido no palanque por seu cunhado, Leonel Briozola, um deputado federal que defendeu a realização de um plebiscito para dissolver o Congresso e substituí-lo por outro que incluísse soldados e camponeses.

Na semana passada, Goulart se recusou a punir 1.425 marinheiros que haviam se amotinado em apoio a um fuzileiro naval de esquerda. Após disputa acirrada com os comandantes militares, Goulart praticamente instigou novas insubordinações em um discurso aos sargentos.

Com isso, aumentou a oposição em muitos quadrantes. E também a ansiedade de Washington.

O medo aqui era que a oposição, cada vez mais vociferante, forçasse Goulart a manobras mais e mais radicais. Alguns membros do governo já estavam convencidos de que a “proposta” para dissolver o Congresso se tornaria realidade em maio.

Formalmente, no entanto, Washington não fez nenhum comentário. Ao meio-dia de hoje, um porta-voz do Departamento de Estado descreveu a situação como “muito fluída”. Disse que não haviam sido dadas ordens para evacuar nenhum dos dez mil cidadãos norte-americanos no Brasil.

Na Casa Branca, o secretário de imprensa George E. Reedy afirmou que o presidente Johnson estava plenamente informado sobre a situação. Presumivelmente, a revolta no Brasil foi um dos assuntos discutidos esta manhã em uma análise “abrangente” de questões mundiais pelo presidente, o secretário de Estado Dean Rusk, o secretário de Defesa Robert S. McNamara e o diretor da CIA John A. McCone.

Eles mantiveram o presidente informado sobre os acontecimentos ao longo de sua estada de cinco dias em sua fazenda no Texas durante os feriados da Páscoa.

Max Frankel, jornalista, trabalhou no *The New York Times* por 50 anos e foi seu editor executivo no período de 1986-1994. Ganhou o Prêmio Pulitzer em 1973 pela cobertura da viagem de Richard Nixon à República Popular da China. É autor de *High noon in the cold war – Kennedy, Khrushchev and the Cuban Missiles Crisis* (Ballantine, 2004; e Presidio 2005) e, também, de seu livro de memórias, *The times of my life and my life with the times* (Random House, 1999; e Delta, 2000).

Washington envia felicitações “calorosas” a líder do Brasil

WASHINGTON, 2 de abril (*Tad Szulc*) – O presidente Johnson enviou hoje à noite suas “mais calorosas felicitações” ao presidente interino do Brasil, Ranieri Mazzilli, em meio a rumores de que a ajuda econômica ao país seria retomada em grande escala.

Em mensagem enviada 12 horas depois de Mazzilli ser empossado em substituição a João Goulart, Johnson afirmou ao novo presidente que os Estados Unidos acompanham com “ansiedade” as dificuldades econômicas e políticas do Brasil.

A mensagem do presidente deixou claro que os Estados Unidos haviam logo concluído que a transferência constitucional de poder para Mazzilli pelo Congresso brasileiro removera qualquer obstáculo ao reconhecimento do novo regime.

Relações ininterrompidas

Visto que, com Mazzilli, a sucessão seguiu os procedimentos constitucionais do Brasil, julgou-se que não havia necessidade de os Estados Unidos interromperem as relações diplomáticas.

A mensagem do presidente dizia:

Queira aceitar minhas mais calorosas felicitações por assumir a presidência dos Estados Unidos do Brasil. O povo americano tem acompanhado com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas que sua grande nação enfrenta, e vê com admiração a resoluta vontade da comunidade brasileira em solucioná-las dentro do contexto da democracia constitucional e sem conflito civil.

As relações de amizade e cooperação entre os nossos dois governos e os nossos povos constituem um grande legado histórico para ambos os países e um trunfo precioso em prol da paz, prosperidade e liberdade neste hemisfério e em todo o mundo.

Espero sinceramente o continuado fortalecimento dessas relações e a intensificação da cooperação no interesse do progresso econômico, da justiça social para todos e da paz hemisférica e mundial.

A maior parte da ajuda dos Estados Unidos ao Brasil foi suspensa em meados de 1963, quando o governo de Goulart deixou de cumprir um acordo para tomar medidas contra a inflação e os déficits orçamentários.

A ajuda para o Brasil atinge hoje pouco menos de US\$ 100 milhões por ano, o grosso sendo empréstimos de longo prazo sob os contratos de trigo para aquisição de commodities excedentes.

O restante são desembolsos para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste [Sudene]¹ – um acordo de dois anos no valor de US\$ 131 milhões –, além de empréstimos diretos, mas relativamente pequenos, para governos estaduais e algumas indústrias privadas e estatais.

Os problemas econômicos do Brasil, que se agravaram durante os dois anos e meio do mandato de Goulart, indicam que o país precisa de ajuda externa substancial.

Goulart, cujo regime praticamente repudiou a Aliança para o Progresso, tentou recentemente adiar o pagamento de cerca de US\$ 200 milhões da dívida externa brasileira. A dívida total é de mais de US\$ 3 bilhões.

As negociações foram conduzidas principalmente com credores do Brasil na Europa Ocidental, mas mesmo antes da queda de Goulart os Estados Unidos indicaram sua disposição de colaborar em um programa de reescalonamento da dívida.

Metade para reparar a balança de pagamentos adversa

Sob o acordo suspenso de 1963, o Brasil receberia US\$ 200 milhões no ano passado – metade para reparar problemas de balança de pagamentos e metade para desenvolvimento econômico. E isso em cima de uma parcela à vista de US\$ 80 milhões paga apenas um ano atrás.

Embora a mensagem do presidente Johnson indicasse, em princípio, a disposição de retomar aos poucos a ajuda econômica, Washington, por razões políticas e econômicas, não tem planos de precipitar-se na situação com ofertas específicas.

Veja como o governo provisório deverá ser organizado

A Constituição prevê que o Congresso tem trinta dias para eleger um presidente para cumprir o restante de um mandato ainda em vigência. É improvável que Washington comece a rever suas políticas até que fique claro quem governará o país até a posse, em janeiro de 1966, de um presidente a ser eleito em outubro de 1965.

O governo também quer evitar dar a impressão de que está ávido para recompensar os revolucionários brasileiros por terem agido contra Goulart.

Embora as autoridades aqui estejam perfeitamente cientes de que o novo governo brasileiro precisará de incentivo e ajuda, a impressão geral é de que nada deve ser imposto ao Brasil, mas apenas oferecido em resposta a necessidades claramente explicitadas.

Acredita-se que, mesmo com a eliminação da ameaça comunista imediata, qualquer ajuda só será útil se puder ser aplicada de forma racional e em conjunto com um programa econômico doméstico.

Mazzilli, que já visitou os Estados Unidos diversas vezes, pertence ao Partido Social Democrático, que até o mês passado mantinha uma aliança informal com o Partido Trabalhista Brasileiro de Goulart.

No entanto, observadores aqui salientaram que um dos motivos de Goulart ter deixado de lado as reformas básicas é que, há muitos anos, o Congresso Brasileiro não legisla sobre qualquer das reformas propostas.

Foi enfatizado, portanto, que a remoção de Goulart não resolve os problemas econômicos e sociais fundamentais do Brasil.

Empresários esperançosos

A esperança de que o Brasil está prestes a começar a luta pela saúde econômica foi expressa ontem por fontes empresariais e comerciais.

O investimento privado direto dos Estados Unidos no Brasil foi estimado em US\$ 1,1 bilhão. Entretanto, tem aumentado ultimamente em ritmo mais lento do que nos anos anteriores.

Uma das principais reações aqui foi a especulação de que a mudança política abriria caminho para os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional prestarem assistência financeira ao Brasil.

O executivo de um banco, que voltou recentemente do Brasil, disse que a inflação vem prejudicando a economia havia muito tempo.

“Mesmo que a indústria e o comércio tenham uma aparência superficial de grande atividade”, disse, “o efeito dos repetidos aumentos dos salários e dos preços começa a se refletir na expansão da pobreza entre a maioria dos brasileiros.”

Um outro comentário indica o renascimento do otimismo que sempre caracterizou as atitudes das empresas americanas em relação ao Brasil:

“Talvez seja um pouco prematuro”, disse um executivo da área de exportação, “mas parece que nossa convicção de longa data – que os brasileiros não querem envolvimento algum com o comunismo – está se confirmando.”

“O Brasil não sofre de nenhum mal que não possa ser curado”, acrescentou.

Em certa medida, a crise fiscal do Brasil foi postergada pelo recente aumento dos lucros com café. No ano passado, o déficit comercial do país caiu para US\$ 56 milhões, comparado com US\$ 260 milhões em 1962. Mas ficou evidente que tal melhora foi apenas um adiamento temporário das dificuldades financeiras inerentes à inflação e ao endividamento.

Nota

1 No original, “Plano Nacional de Desenvolvimento do Nordeste”.

Tad Szulc (1926-2001), jornalista, trabalhou no *New York Times* no período de 1953-1973. É autor de diversos livros, incluindo *Compulsive spy: the strange career of E. Howard Hunt* (1974), a biografia de E. Howard Hunt, *The energy crisis* (1978), *The illusion of peace: foreign policy in the Nixon years* (1978), *Fidel: a critical portrait* (1986), *The secret alliance* (1991), *Pope John Paul II* (1995) and *Chopin in Paris: the Life and times of the romantic composer* (2000).

Líderes do golpe insistem no expurgo de comunistas brasileiros

RIO DE JANEIRO, 4 de abril (Edward C. Burks) – Os líderes militares do Brasil insistiram hoje que se eliminasse completamente a influência comunista no governo.

Sete governadores estaduais e militares de alto escalão se uniram para pedir ao Congresso a eleição imediata de um militar de alta patente como presidente interino.

Os governadores, que se reuniram aqui [no Rio] durante a noite, deram seu apoio ao general Humberto Castelo Branco, de 63 anos de idade, chefe do Estado Maior do Exército, para cumprir como presidente o mandato do deposto João Goulart. O mandato vai até 31 de janeiro de 1966.

Os governadores e os chefes militares que lideraram a revolta que derrubou Goulart do poder na quarta-feira passada deixaram claro que querem que o Congresso aja rapidamente. Havia indícios de que o Congresso seria convidado a votar na terça ou quarta-feira.

O presidente interino substituirá imediatamente Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, que foi empossado na quinta-feira como presidente em exercício do país.

Linha de sucessão definida

Mazzilli assumiu o cargo segundo a linha sucessória constitucional por acordo entre os líderes do golpe anti-Goulart. Uma eleição tem de ser realizada este mês.

Goulart foi deposto sob a alegação de ter permitido ampla infiltração comunista no Governo e de buscar estabelecer-se como um ditador de esquerda. Ele obteve asilo no Uruguai hoje cedo.

O general Castelo Branco desempenhou papel decisivo, instando o Exército a forçar a destituição de Goulart para preservar a democracia no Brasil. Um veterano de combate da Segunda Guerra na Itália, ele começou sua carreira no Exército como soldado raso.

Os sete governadores e outros líderes políticos civis endossaram a ideia de um militar na presidência neste momento como a melhor maneira de levar adiante a expulsão de comunistas e conduzir o Brasil para eleições nacionais regulares em outubro de 1965.

Os governadores dos estados mais influentes do Brasil estavam representados na reunião, incluindo Carlos Lacerda, da Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro); Adhemar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, de Minas Gerais; e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, estado natal de Goulart.

Eles se reuniram aqui em meio a relatos constantes, porém não confirmados, de que os militares tentariam impor o estado de sítio a fim de levar a cabo seu programa anticomunista. Os representantes militares queriam que não se chegasse a isso. Diante disso, a escolha de um presidente militar poderia ser a solução.

Políticos como o governador Lacerda advertiram que, realizada praticamente sem derramamento de sangue, a revolução poderia ser subvertida se os elementos pró-comunistas ainda em posições de autoridade não fossem extirpados.

A Polícia Nacional [sic] e comandos militares prenderam dezenas de homens no Rio de Janeiro e em outras partes do país. Entre os indivíduos recolhidos havia oito comunistas chineses, incluindo dois que disseram ser correspondentes de Pequim.

Além de Lacerda, o governador Adhemar de Barros, do poderoso estado de São Paulo, está alertando que este não é o momento de as forças vitoriosas deporem as armas.

Ontem à meia-noite, o presidente em exercício Mazzilli deu um entrevista coletiva no Ministério da Guerra, sob forte vigilância, para anunciar seu novo gabinete. Ele afirmou que havia escolhido o gabinete em consulta com os líderes militares.

Algumas autoridades jurídicas disseram aqui que, na escolha de um presidente interino, o Congresso talvez precise adotar uma emenda constitucional – algo que tem o poder de fazer – a fim de tornar o general Castelo Branco elegível para um cargo civil, tendo em vista sua condição de militar.

De qualquer forma, a ideia básica de eleger um militar de alta patente talvez se sustenha. O marechal reformado e ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, de 78 anos, foi mencionado como uma possibilidade para a presidência interina. O marechal Dutra foi presidente em 1946-1950.

O marechal reformado Odylio Denys, ex-ministro da Guerra, também foi mencionado como uma possível escolha presidencial, mas entendeu-se que ele próprio excluía essa possibilidade.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek quer ocupar o cargo novamente, mas suas chances de se eleger em 1965 talvez tenham diminuído com a crise Goulart. Os apelos de Kubitschek por legalidade durante os momentos cruciais da crise foram diversamente interpretados como brandura em relação a Goulart ou uma tentativa de ganhar os votos dos simpatizantes de Goulart no próximo ano.

Pelo menos três jornais do Rio deram sólido apoio hoje à advertência de Kubitschek para que se evitem excessos. Eles protestaram que as liberdades civis estavam sendo violadas pela polícia e pelo exército.

Edward C. Burks (1921-1983), jornalista, foi repórter e editor do *The New York Times*. Traduções de Carlos Malferrari. Os originais em inglês – “Washington sympathetic to Brazilian rebel cause”, “Washington sends ‘Warmest’ wishes To Brazil’s leader” e “Leaders of coup press for purge of Brazil’s reds” – encontram-se à disposição do leitor no Instituto de Estudos Avançados da USP para eventual consulta.